

# Impotência, injustiça e desvalorização

Sônia Souza/Divulgação

Adriane Alves de Sousa, 28 anos, trabalha como freelancer atualmente. Quando ela sofreu desigualdade salarial, em 2016, era balconista. A moça, que mora em Caldas Novas (GO), conta que ela indicou o namorado para o mesmo cargo na empresa em que trabalhava, e ele, ao entrar, passou a receber um salário maior que o dela.

“Eu cheguei a questionar a diferença para a nossa contratante, perguntando, inclusive, se era por causa do horário dele, mas ela disse que era assim mesmo e que esse não era o motivo, pois ele recebia apenas uma hora de adicional noturno, o que não cobria a diferença no valor”, conta.

“Me sentia muito injustiçada e desvalorizada, porque, apesar de termos a mesma função, eu ainda ficava no turno diurno, que era muito mais movimentado”, afirma. Conforme ela diz, é preciso olhar com mais respeito às mulheres no mercado de trabalho. Adriane cita a cobrança da sociedade para que se tenha filhos e os crie com dignidade, sem dar suporte para que isso aconteça.

“Além de pagarem menos, muitas empresas descartam a contratação pelo simples fato de sermos mães, enquanto o homem pode ter quantos filhos quiser, que isso jamais o impedirá de ser contratado”, afirma.

Sobre a desigualdade salarial entre homens e mulheres que ocupam a mesma posição em uma empresa, a advogada de Direitos Humanos, mentora e palestrista em feminismo e inclusão entende que o assunto está relacionado ao poder. “Eu acho que o que está por trás disso é a ideia de que o espaço, o poder, não pertence às mulheres”.

Elas, segundo a professora do Uniceub, estariam



**Adriane indicou o namorado para ocupar o mesmo cargo que ela, em outra vaga, no entanto, ele acabou ganhando um salário maior**

sempre pedindo um “favor” para ocupar determinados espaços. “Somos [as mulheres] socializadas a entender que o que é público é eminentemente masculino, e o poder também, se a gente está ali como meras intrusas, num espaço que não é nosso,

então, é justificável não ter um salário igual ao do homem”, arremata.

O sentimento de impotência diante de situações como essa é o que leva, muitas vezes, mulheres a não falarem nada, afinal, a maioria desses casos não tem solução. E quando le-

vados à Justiça, tem resultado desfavorável à vítima. A enfermeira Julyhanna Luiza Fernandes é a prova disso. “Só passando na pele para sentir, foi horrível, me senti a pior pessoa do mundo e extremamente impotente diante disso, pois, no final das contas, a justiça não foi feita”, comenta a enfermeira.

No caso de Heloísa Abreu, 28 anos, foi diferente. Ela não reclamou, mas isso não mudou o sentimento de raiva, tristeza e injustiça. A mulher sofreu desigualdade salarial por ocupar o mesmo cargo que um homem duas vezes em empresas e cargos distintos. Na primeira, ela era fotógrafa e recebia menos que os homens que ocupavam sua posição anteriormente. “Até eu tirar o registro, recebi R\$ 1.500, enquanto os anteriores, recebiam R\$ 2.500 pela mesma função”.

A empresa aumentou a remuneração dela assim que a moça tirou o registro. “Me sentia péssima, mas foi meu primeiro emprego com carteira assinada, e não soube lidar bem com isso”, desabafa.

Mas a história não acaba aí. Segundo Heloísa, demitiram-na sem justa causa: ligaram para o amigo dela que a indicou à vaga, perguntaram se ele queria voltar a trabalhar na empresa, antes mesmo de dispensá-la. “Não havia nenhuma reclamação sobre o trabalho antes”, conta. Substituíram ela — sem motivo e justificativa aparentes — por um homem.

O advogado e professor de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho César Alexandre Marinho alerta sobre a importância de as empregadas estarem conscientes de seus direitos para que, assim, possam exigi-los “diante dos desmandos do empregador que insiste em não cumprir a ordem jurídica laboral”.